

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA DOIS DE JULHO DE 2014, NA SEDE DA FIEMG, EM JUIZ DE FORA – MG.** Aos dois dias do
4 mês de julho de dois mil e catorze, instalou-se a 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do
5 CEIVAP, em Juiz de Fora/MG, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Paulo Afonso
6 Valverde Jr. (CESAMA), João Emídio Lima da Silva (IAVARP), Matheus Machado Cremonese (PREA),
7 Eduardo Araújo (IGAM), Virgílio Furtado (AMPAR), Juliana Guarino (Prefeitura de Muriaé); Rio de Janeiro –
8 Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí); Eduardo Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso
9 Vale! Nossa Vida), Roberto Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Zeila Piotto (CIESP Taubaté); **dos**
10 **seguintes convidados:** Marco Antônio Amorim (ANA), Marilda Cruz Lima da Silva (IAVARP), João Marcus
11 Garbero (SMA/PJF), Emanuela Guedes (BIOCEP), João Gomes (CBH Baixo Paraíba do Sul/UENF), André
12 Marques (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP); **e justificadas as seguintes**
13 **ausências:** Deivid Oliveira (FIEMG), Moema Versiani (INEA), Maria Aparecida Vargas (Energisa), Renato
14 Veneziani (SABESP); **para tratar da seguinte pauta:** **1** – Aprovação da ata da última reunião; **2** – Informes da
15 Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e Comitê Guandu; **3** – Apresentação do Grupo de
16 Trabalho K Saneamento; **4** – Apresentação do Grupo de Trabalho K Agricultura; **5** – Apresentação de
17 informações sobre a “cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União” em reuniões ocorridas no
18 Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, com destaque para a sustentabilidade das entidades
19 delegatárias e situação da AGEVAP; **6** – Análise e discussão sobre a demanda apresentada pela Plenária do
20 CEIVAP em 20/05/2014, no que se refere a “Cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do
21 Rio Paraíba do Sul”; **7** – Assuntos Gerais. Conferido o quórum, o Coordenador da Câmara Técnica Consultiva
22 do CEIVAP, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, abriu a 3ª Reunião Ordinária da CTC de 2014, agradecendo a
23 presença de todos e passando para a discussão do primeiro item da pauta. **ITEM 1: Aprovação da ata da**
24 **última reunião** – As atas da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP e 2ª Reunião
25 Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, realizadas no dia 14 de maio de 2014, foram aprovadas
26 depois de feitas as devidas correções. **ITEM 2: Informes da Comissão Especial Permanente de Articulação**
27 **do CEIVAP e Comitê Guandu** – O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) comentou que não houve mais nenhuma
28 reunião da Comissão Especial após a última reunião da CTC em que foi feito um relato sobre a Comissão. Disse
29 ainda que a demanda agora é de responsabilidade da AGEVAP e do CEIVAP, para elaborar um estudo técnico.
30 O Sr. André Marques (AGEVAP) informou que a AGEVAP solicitou junto a Agência Nacional de Águas
31 (ANA) um estudo sobre a cobrança da transposição para a Bacia do Guandu. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA)
32 relatou brevemente a sequência dos acontecimentos relacionados ao assunto; desde a solicitação do Conselho
33 Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para apresentação dos estudos; seguido da reformulação da Comissão
34 Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu para retomar os debates acerca do
35 referido assunto; o envio da proposta consolidada, no âmbito da Comissão e CTC, de um novo cronograma para
36 atendimento as demandas do CNRH; e após, carta do CNRH solicitando uma justificativa referente ao
37 cronograma encaminhado pelo CEIVAP. O Sr. André Marques (AGEVAP) resgatou os encaminhamentos da
38 última reunião da Comissão Especial, e em tempo, informou que a AGEVAP está dando andamento a todas as
39 demandas pendentes. Sobre as apresentações no CEIVAP e comitês estaduais (Guandu, Baixo Paraíba do Sul,
40 Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio dois Rios, Preto e Paraíba e COMPÉ) referentes à aplicação do saldo
41 remanescente do valor arrecadado com a cobrança da transposição no Guandu, disse que já foram feitas as
42 apresentações em todos os Comitês, exceto no COMPÉ. Sobre a elaboração do estudo para revisão dos valores
43 da transposição, disse que solicitou o auxílio da ANA para a elaboração do mesmo, devido à complexidade do
44 assunto. Destacou que o estudo, quando consolidado, será encaminhado para a Comissão, conforme previsto no
45 cronograma enviado ao CNRH. Em tempo, sugeriu marcar uma reunião da Comissão para depois do dia
46 16/07/2014. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), que coordena a Comissão Especial,
47 propôs agendar previamente a reunião para ser realizada no dia 24/07 ou 29/07/2014. O Sr. André Marques
48 (AGEVAP) mencionou a Nota Técnica nº 004/2014/DIGAT/INEA, referente à metodologia e valores de
49 cobrança pela transposição das águas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu no Estado do
50 Rio de Janeiro. A referida Nota Técnica informa o histórico da metodologia da cobrança atual, plenamente
51 operacionalizada; ressalta, também, a necessidade de participação dos colegiados, em especial os comitês de
52 bacia das regiões impactadas pela transposição, na avaliação de propostas de alterações a esta metodologia. A
53 Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) falou brevemente sobre o conteúdo da Nota
54 Técnica. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) destacou a importância de se priorizar na discussão o
55 que é melhor para a Bacia do Paraíba do Sul, no que diz respeito à estratégia de aplicação de recurso. O Sr.
56 André Marques (AGEVAP) comentou que o recurso da transposição vem para o CEIVAP, mas só pode ser
57 aplicado em projetos no Estado do Rio de Janeiro, e essa é uma restrição que não poderia ter acontecido. O Sr.
58 Eduardo Dantas (CEDAE) comentou que os membros devem se atentar para que a discussão não perca o foco,
59 por exemplo, sair do debate da questão de mecanismos e valores para discutir sobre água. O Sr. Eduardo Araújo
60 (IGAM) disse que, em sua opinião, cabe uma discussão ampla com todos os órgãos, para avaliar o nível de
61 impacto econômico. Falou ainda que os recursos precisam ser pensados estrategicamente. O Sr. Virgílio Furtado
62 (AMPAR) concordou com o que foi dito pelo Sr. André Marques, o Sr. Eduardo Dantas e o Sr. Eduardo Araújo
63 (IGAM). Complementou dizendo que se não houvesse a contribuição hídrica de vazão dos rios mineiros haveria

64 um impacto muito maior na região do Baixo Paraíba do Sul. Ressaltou que se fala em São Paulo, Região do
65 Médio Paraíba do Sul, e Minas Gerais fica deixado um pouco de lado. Em tempo, disse que quem repõe a água
66 deveria ser considerado. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) opinou dizendo que
67 julga importante o Estado de Minas Gerais se manifestar de alguma forma, seja por meio de Nota Técnica ou
68 outro documento. Disse ainda que a Bacia deve ser pensada como um todo, e que é muito importante que a
69 cobrança seja revisada. O Sr. João Gomes (UENF) ressaltou que o momento de crise se torna oportuno para
70 buscar soluções eficientes. Falou que as discussões sobre os valores para o reajuste da cobrança da transposição
71 para o Guandu são essenciais, mas é necessário ter uma amplitude de conceitos. Comentou que em São João da
72 Barra (RJ), a CEDAE interrompe o abastecimento de água diariamente por causa do problema de intrusão
73 salina. Disse que o rio Paraíba faz reservação de água até Santa Cecília, Funil, porém, o Baixo Paraíba fica
74 esquecido. Ressaltou que a água deve ser reservada para preservar a vida do rio, depois abastecimento urbano, e
75 depois geração de energia elétrica. Em tempo, falou sobre a importância de se pensar em revitalização do rio e
76 minimização dos impactos. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) citou a Resolução do CNRH nº 66, de 7 de dezembro de
77 2006 e seus considerandos. Ressaltou que com a leitura destes observa-se que o CNRH entende a precariedade
78 dos mecanismos estabelecidos, e em vista disso recoendou a sua reavaliação. Falou sobre a necessidade de
79 rediscutir os investimentos na Bacia, o que é prioritário, independente da transposição, e também reavaliar o PAP
80 com um olhar diferente, diante do momento vivido atualmente. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca)
81 destacou que é preciso administrar estrategicamente para não chegar na crise e sofrer com os impactos. O
82 recurso deve ser aplicado onde houver maior necessidade na Bacia e onde for causar efeito positivo. O Sr.
83 André Marques (AGEVAP) informou que no site da AGEVAP tem um ícone com link para acesso as
84 demandas, registro de reunião, estudos, notas técnicas e resoluções discutidas no âmbito do Grupo de Trabalho
85 Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na bacia do rio Paraíba do Sul, para atuação conjunta
86 com o Comitê da bacia do rio Guandu (GTAOH). O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) comentou que o Paraíba do
87 Sul é um rio regularizado, mas que atualmente a Bacia está vivenciando uma crise de estiagem em todos os
88 Estados, situação atípica que incrementa os problemas. Disse que há um regime diferenciado de operação em
89 época de estiagem. Sobre o problema apontado pelo Sr. João Gomes (UENF), referente a captação em São João
90 da Barra (RJ), explicou que não tem preocupação com a captação, visto que toda vez que o abastecimento é
91 interrompido a CEDAE compensa posteriormente, consegue administrar. O Sr. João Emídio Lima da Silva
92 (IAVARP) questionou a participação do Estado de Minas Gerais nas questões de pagamentos pelos recursos
93 hídricos. Ressaltou que a Bacia do Paraíba do Sul é vital para o país inteiro, e que os assuntos pertinentes à ela
94 não podem ser tratados de forma tática, e sim estratégica, porque alguns assuntos interferem na Bacia toda e de
95 forma setORIZADA. A seu ver, o Estado de Minas Gerais tem que estar mais presente nas discussões. **ITEM 3:**
96 **Apresentação do Grupo de Trabalho K Saneamento** – O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) iniciou a discussão
97 do item 3 citando a Deliberação CEIVAP nº 65/2006, que estabelece mecanismos e propõe valores para a
98 cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a partir de 2007. Lembrou
99 que na ocasião, a empresa Gama Engenharia foi contratada para propor aperfeiçoamento dos mecanismos da
100 cobrança, elaborando um “Estudo para Aperfeiçoamento da Metodologia da Cobrança”. Esses estudos foram
101 analisados pela CTC, que recomendou a sua complementação em alguns aspectos. No entanto, tendo-se em
102 vista a revisão do Plano de Bacia foi sugerido que alguns desses aspectos fossem incluídos da revisão. No que
103 se refere ao coeficiente de boas práticas, por sugestão da ANA, foi proposto que esse tema fosse repassado pela
104 CTC, que criou dois grupos de trabalho, k saneamento e k agricultura. Dando seguimento, apresentou as
105 propostas consolidadas no âmbito do GT Saneamento: **PROPOSTA ANA – FAIXAS MÉDIAS DE PERDAS**
106 **NA DISTRIBUIÇÃO:** >50% Kpp = 1,1 e Des (%) = -10; <50% - 40% Kpp = 1,05 e Des (%) = -5; <40% - 35%
107 Kpp = 1 e Des (%) = 0; <35% - 30% Kpp = 1 e Des (%) = 0; <30% - 25% Kpp = 0,95 e Des (%) = 5; <25%
108 Kpp = 0,90 e Des (%) = 10; Não Informado no SNIS ou Informação Inconsistente Kpp = 1,1 e Des (%) -10%.
109 **PROPOSTA 1 – FAIXAS MÉDIAS DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO:** >40% Kpp = 1 e Desc (%) = 0;
110 <40% - 35% Kpp = 1 e Desc (%) = 0; <35% - 30% Kpp = 0,95 e Desc (%) = 5; <30% - 25% Kpp = 0,90 e Desc
111 (%) = 10; <25% - 20% Kpp = 0,85 e Desc (%) = 15; <20%-15% Kpp = 0,80 e Desc(%) = 20; Não Informado no
112 SNIS ou Informação Inconsistente = Não acessa o instrumento redutor. **PROPOSTA 2 – FAIXAS MÉDIAS**
113 **DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO:** >40% Kpp = 1 e Desc (%) = 0; <40% - 35% Kpp = 1 e Desc (%) = 0;
114 <35% - 30% Kpp = 0,95 e Desc (%) = 0; <30% - 25% Kpp = 0,90 e Desc (%) = 5; <25% - 20% Kpp = 0,85 e
115 Desc (%) = 10; <20%-15% Kpp = 0,80 e Desc (%) = 15; Não Informado no SNIS ou Informação Inconsistente
116 Desc (%) = 0. **PROPOSTA 3 – FAIXAS MÉDIAS DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO:** >40% Kpp = 1 e Desc
117 (%) = - 10; <40% - 35% Kpp = 1 e Desc (%) = -5; <35% - 30% Kpp = 0,95 e Desc (%) = 0; <30% - 25% Kpp =
118 0,90 e Desc (%) = 5; <25% - 20% Kpp = 0,85 e Desc (%) = 10; <20% -15% Kpp = 0,80 e Desc (%) = 15; Não
119 Informado no SNIS ou Informação Inconsistente Desc (%) = 0. **PROPOSTA 3** consolidada pela CTC ficou
120 assim definida: **FAIXAS MÉDIAS DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO:** >40% Kpp = 1 e Desc (%) = -10;
121 <40% - 35% Kpp = 1 e Desc (%) = - 5; <35% - 30% Kpp = 0,95 e Desc (%) = 0; <30% - 25% Kpp = 0,90 e
122 Desc (%) = 5; <25% - 20% Kpp = 0,85 e Desc (%) = 10; <20% -15% Kpp = 0,80 e Desc (%) = 15; Não
123 Informado no SNIS ou Informação Inconsistente Desc (%) = -10. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) citou que a
124 proposta inicial de inserir K de melhoria foi da Agência Nacional de Águas (ANA). O Sr. Eduardo Dantas
125 (CEDAE) comentou que o que levou a CTC a criar os Grupos de Trabalho foram as insistentes falas de que o
126 setor de saneamento era o mais impactado. A ideia de desenvolver um mecanismo era para premiar quem

127 tivesse um bom desenvolvimento, e a proposta que veio da ANA, na época, era inversa ao que havia sido
128 proposto. A proposta da ANA foi aprovada, mas sem medir o impacto. Disse ainda que o Comitê não oferta
129 linha de crédito para investimentos em controle de perdas. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) comentou que foi
130 discutido um k de boas práticas e depois foi observado um k para punir quem tem muita perda no sistema de
131 abastecimento público, e também se falou em impacto da cobrança na indústria. Ressaltou que todas as
132 propostas apresentadas foram votadas e aprovadas. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) citou que faltou uma
133 contextualização relacionada a indústria, e quando se colocou k de boas práticas a ideia foi incentivar o reuso,
134 porém, falta um padrão para um conceito de reuso. Em função das dificuldades para consolidar, o GT entendeu
135 que isso precisava de um amadurecimento, para ser implementado em relação ao CNRH. O Sr. Paulo Valverde
136 (CESAMA) mencionou que os mecanismos foram aprovados, mas nunca foram encaminhados para a plenária
137 do CEIVAP. Sobre a questão de aperfeiçoamento da cobrança, o que está aprovado hoje, no âmbito da CTC, é:
138 propostas K saneamento, proposta K agricultura, não aprovação de índice de reajuste, estudos referentes à
139 cobrança e apresentações feitas. O Sr. Marco Antônio Amorim (ANA) destacou que a Agência Nacional de
140 Águas (ANA) não tem a função de aprovar o que é decidido no âmbito do Comitê, ela apenas presta apoio, e
141 quando solicitada, se manifesta. Resgatou que desde 2012 já havia uma minuta de Deliberação, que alteraria
142 dispositivos da Deliberação CEIVAP nº 65/06, tais quais, o K saneamento e o K agricultura, que seria
143 apresentada para aprovação em plenária, no ano de 2012, e não foi. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio
144 Carioca) lembrou que na reunião onde seria apresentada a referida minuta, em dezembro de 2012, não houve
145 quórum. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) mencionou que o assunto ficou pendente de fato, e que certamente
146 devido ao tempo que as análises referentes aos produtos do Plano de Bacia demandaram não foi feito o resgate
147 da minuta de deliberação. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) sugeriu resgatar todas as propostas e encaminhamentos
148 apresentados na ocasião, a fim de embasar a retomada e consolidação da questão. O Sr. Paulo Valverde
149 (CESAMA) propôs que a AGEVAP faça uma consulta a ANA, com o pedido de avaliação do impacto das
150 propostas apresentadas pelos K Saneamento e K Agricultura, e, além disso, questionar se as proposições são
151 passíveis de serem contempladas, verificando a questão da operacionalização, pois as informações dos usuários
152 precisam ser parametrizadas no CNARH para que se realize os cálculos financeiros. Disse ainda que a
153 AGEVAP deveria avaliar também a questão do impacto para os usuários, que é uma exigência que consta em
154 resolução do CNRH, no sentido de ter capacidade de gerar os dados, conforme o proposto. A Sra. Zeila Piotto
155 (CIESP) citou que o assunto foi retomado na última plenária do CEIVAP, e da reunião saiu o encaminhamento
156 do tema para ser revisto pela CTC, com prazo para ser apresentado novamente na plenária.

157 **ENCAMINHAMENTO** – A AGEVAP deverá solicitar a ANA a avaliação do impacto dos valores no setor
158 usuário. **ITEM 4: Apresentação do Grupo de Trabalho K Agricultura** – A proposta consolidada pelo Grupo
159 de Trabalho K Agricultura resultou na seguinte tabela: GOTEJAMENTO (Kconsumo= 0,95 e Kagropec= 0,05);
160 MICRO ASPERSÃO (Kconsumo= 0,90 e Kagropec 189 = 0,10); PIVÔ CENTRAL (Kconsumo=0,85 e
161 Kagropec= 0,15); TUBOS PERFURADOS (Kconsumo=0,85 e Kagropec=190 0,15); ASPERSÃO
162 CONVENCIONAL (Kconsumo=0,75 e Kagropec= 0,25); SULCOS (Kconsumo=0,60 e Kagropec= 0,40);
163 INUNDAÇÃO (Kconsumo=0,50 e Kagropec= 0,50); NÃO INFORMADO (Kconsumo=0,50 e Kagropec=
164 0,50); e NÃO IRRIGANTE (Kagropec= 0,10). Porém, haverá tratamento especial para a cultura do arroz, mais
165 sensível na bacia, cujos valores seriam de 0,04 para o KConsumo e de 0,05 para o Kagropec. E também com
166 exceção do arroz, haverá uma progressividade na implementação dos novos mecanismos para as demais
167 culturas, da seguinte forma: cobrança de 80% do valor para o primeiro ano de implementação da nova
168 metodologia; 90% para o segundo ano; e 100% para o terceiro, com o objetivo de suavizar essa passagem de um
169 mecanismo para o outro, cujos impactos médios estimados sobre os custos operacionais seriam de 0,25% para a
170 cultura de arroz, 0,31% para a cultura de cana-de-açúcar e 0,53% para a cultura de milho (considerando o valor
171 cheio da cobrança, com progressividade de 100%). Os membros da CTC analisaram a proposta apresentada e
172 iniciaram uma breve discussão acerca do assunto. **ITEM 5: Apresentação de informações sobre a “cobrança
173 pelo uso de recursos hídricos de domínio da União” em reuniões ocorridas no Conselho Nacional de
174 Recursos Hídricos – CNRH, com destaque para a sustentabilidade das entidades delegatárias e situação
175 da AGEVAP** – A Sra. Zeila Piotto (CIESP) informou que o assunto relacionado à cobrança com enfoque na
176 sustentabilidade das entidades delegatárias não foi acatado como regime de urgência no Conselho Nacional de
177 Recursos Hídricos (CNRH), e a alegação foi que esse referido assunto já estava sendo pautado na Câmara
178 Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB). A Agência Nacional de Águas (ANA) já está
179 realizando ações relacionadas ao assunto. Concluiu dizendo que a sustentabilidade das entidades delegatárias é a
180 pauta da CTCOB no momento atual. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) disse que o ideal é buscar outras formas
181 de aumentar o percentual que pode ser usado para custeio, como por exemplo, a parcela do Ministério do Meio
182 Ambiente (MMA), proveniente da compensação financeira do setor elétrico, destinada para aplicação na política
183 de recursos hídricos, mas que está contingenciado. O Sr. André Marques (AGEVAP) resgatou itens que foram
184 expostos através da Apresentação do Estudo de Viabilidade da AGEVAP - 7,5% - Revisão dos Valores do PPU,
185 realizada na 2ª RO da CTC, do dia 14/05/14. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) ressaltou que na reunião anterior
186 da CTC, onde o Diretor Executivo da AGEVAP, Sr. André Marques, fez a apresentação, surgiu o seguinte
187 encaminhamento: “A Câmara Técnica solicitou a Diretoria do CEIVAP a elaboração de uma moção de apoio,
188 para ser encaminhada ao CNRH e a ANA, referente à utilização do 7,5% proveniente das aplicações
189 financeiras do recurso da cobrança repassado a AGEVAP, para que este possa ser usado para custeio na

190 Agência. A moção deverá ser aprovada pela plenária na próxima reunião do CEIVAP.” Explicou que o assunto
191 não foi pautado na última reunião plenária do CEIVAP porque não houve oportunidade para isso, mas a questão
192 será encaminhada para apreciação da plenária em setembro. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) pontuou o assunto
193 dizendo que para dar condições da plenária discutir a CTC tem que avançar um pouco mais nas discussões
194 dentro da Câmara Técnica. Deve-se pensar em uma solução a curto prazo (próximos três anos), e rediscutir o
195 que a Agência quer. **ENCAMINHAMENTO** – *Agendar a próxima reunião extraordinária da Câmara Técnica*
196 *Consultiva do CEIVAP para o próximo dia 30 de julho, pautando uma apresentação da Agevap sobre as*
197 *necessidades para os próximos três anos.* **ITEM 6: Análise e discussão sobre a demanda apresentada pela**
198 **Plenária do CEIVAP em 20/05/2014, no que se refere a “Cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia**
199 **hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”** – O Coordenador da Câmara Técnica, Sr. Paulo Valverde (CESAMA),
200 apresentou um histórico com os fatos referentes a cobrança, desde o ano que em que foi estabelecida até o
201 presente momento. A apresentação expôs o seguinte: **2006 – 28/09/06:** Aprovação da Deliberação CEIVAP nº
202 65 que estabeleceu mecanismos e propôs valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia
203 Hidrográfica do rio Paraíba do Sul a partir de 2007. **07/12/06:** Aprovação da Resolução CNRH nº 64 do CNRH
204 que determinou que o CEIVAP deveria apresentar no prazo de 03 anos – contados a partir de 01/01/07, estudos
205 de avaliação da implementação da cobrança conforme previsto no art.3º, § 1º da DN 65. **07/12/06:** A
206 Resolução no 66 do CNRH (dezembro/06) aprovou os valores e mecanismos para a transposição estabelecidos
207 pela DN 52/05 e determinou que o CEIVAP deverá no prazo de 03 anos – contados a partir da data da
208 publicação desta resolução, reavaliar os mecanismos e valores da cobrança estabelecidos na DN 52/05 e
209 aprovados nesta resolução. **2008 – 17/12/08:** Aprovação da Deliberação CEIVAP 99 que aprova novos prazos
210 para apresentação dos estudos da cobrança. **2009 – 18/08/09:** Aprovação da Deliberação CEIVAP 118 que
211 aprova novos prazos para apresentação dos estudos da cobrança. **15/10/09:** Aprovação da Deliberação CEIVAP
212 120 que aprova novos prazos para apresentação dos estudos da cobrança após as considerações da plenária na
213 contratação feita pela AGEVAP para revisão dos estudos. **2010 – 11/05/10:** Aprovação da Deliberação
214 CEIVAP 133 que aprova novos prazos para apresentação dos estudos da cobrança e (exclui baixada campista).
215 **2011 – 24/03/11:** Aprovação da Deliberação CEIVAP 154 que aprova novos prazos para apresentação dos
216 estudos da cobrança. **2012 – 01/10/12:** Apresentação de relatório elaborado pela AGEVAP e ANA sobre a
217 transposição em reunião da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP. **06/12/12:** Apresentação do Relatório de
218 Avaliação da Implementação da Cobrança na Plenária do CEIVAP. **2013 – 19/04/13:** Recebimento do Ofício do
219 Ministério Público Federal, solicitando informações referentes ao cumprimento do prazo para apresentação da
220 metodologia de cobrança para revisão dos 15% da transposição. **28/06/13:** Aprovação da Resolução 150
221 referente à autorização de prorrogação do prazo para revisão do valor da transposição do Paraíba do Sul para o
222 Rio Guandu. **20/11/13:** Recebimento de Ofício do Ministério reiterando a solicitação de informações sobre a
223 revisão do valor da transposição. **17/12/13:** Envio de Carta do CEIVAP ao CNRH sobre a revisão dos estudos
224 da cobrança (Transposição Guandu e Bacia do Paraíba). **2014 – 03/02/2014 e 10/02/14:** Envio das Cartas 177 e
225 214 em resposta à Ofício do Ministério Público Federal sobre a revisão do valor da transposição. **27/03/14:**
226 Envio da Carta 010 da Presidência do CEIVAP encaminhando cronograma para revisão dos valores da
227 transposição ao CNRH. **05/05/14:** Recebimento de Ofício do CNRH referente à prorrogação do prazo para
228 reavaliação dos mecanismos e valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição
229 das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu. **18/06/14:** Envio de Carta da
230 Presidência do CEIVAP ao CNRH referente ao cronograma para revisão da cobrança transposição Guandu.
231 Encerrada a apresentação, o Sr. Paulo Valverde (CESAMA) comentou que a CTC não recomendou o índice de
232 reajuste. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) lembrou que o assunto foi muito discutido no âmbito da CTC e o acordado
233 foi não recomendar o reajuste. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) lembrou também que o acordado
234 era que quando fosse necessário a CTC iria se reunir com antecedência para rediscutir o assunto. A Sra. Zeila
235 Piotto (CIESP) argumentou dizendo que os membros da CTC não eram contra o reajuste, desde que não fosse
236 feita a indexação. O Sr. Marco Antônio Amorim (ANA) mencionou o Art. 10 da Deliberação CEIVAP nº
237 65/2006; “*Enquanto não forem estabelecidos mecanismos ou propostos novos valores para a cobrança pelo uso*
238 *dos recursos hídricos, a partir de 1º de janeiro de 2010, os PPU’s definidos nesta Deliberação serão corrigidos*
239 *anualmente pela variação anual de índice a ser definido em Deliberação posterior*”. Ressaltou que o tema é
240 muito relevante e tem que ser retomado e discutido no âmbito do CEIVAP, o quanto antes. O Sr. Paulo
241 Valverde (CESAMA) reforçou o fato que o referido assunto será pactuado no âmbito da CTC e será
242 encaminhado a plenária do CEIVAP. Citou que o valor da cobrança não é o mesmo desde 2006 e este foi
243 progressivo de 2007 até 2009, onde atingiu 100%. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) lembrou que na última
244 reunião plenária do CEIVAP do ano de 2013 foi apresentada uma minuta de Deliberação referente a cobrança
245 com reajuste e indexação, e imediatamente os membros se manifestaram para a retirada do item de pauta, uma
246 vez que a proposta apresentada não era condizente com o que já havia sido discutido no âmbito da CTC. Falou
247 também que a Resolução nº 64 do CNRH aprova os valores que são propostos, não a Deliberação no CEIVAP.
248 O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) expôs sua opinião dizendo que a CTC deveria se reunir e definir
249 uma nova taxa, visto que de 2006 para 2014 houve ajuste de valor, a ideia é verificar a possibilidade de praticar
250 novos valores, ter um valor que seja absolvido e que atenda as necessidades dos Comitês e Agências
251 delegatárias. Disse ainda que a AGEVAP progrediu ao melhorar os mecanismos de aplicação. A Sra. Vera
252 Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) sugeriu trabalhar com projeções, simular cenários, e com base

253 neles, apresentar propostas para a tomada de decisão. O Sr. Marco Antônio Amorim (ANA) comentou que a
254 Resolução nº 64 do CNRH é tão clara e objetiva quanto a DN nº 65 do CEIVAP, e que inclusive a DN está
255 incorporada na Resolução do CNRH. Falou que a questão não é aumento de valores, mesmo porque, os valores
256 definidos em 2006 estão ultrapassados, mas sim sua recomposição. A sugestão é reabrir a discussão na CTC e
257 encaminhar para a plenária do CEIVAP qual índice a ser utilizado, visto que a cobrança na Bacia do Paraíba do
258 Sul está atrasada e está caindo frente à inflação. A cobrança não tem como objetivo só o financiamento de
259 ações, deve-se atentar aos objetivos da cobrança, que embase não só a questão de oferta, mas também a gestão
260 da demanda. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) reforçou o fato que deve ser discutido mecanismos
261 de aplicação, além de valores. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) observou que todos os discursos feitos na presente
262 reunião convergem, e a seu ver, tudo se resume a uma melhoria na gestão. Falou que os modelos já existem e
263 necessário aprimorá-los. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) informou que a CTC disse não ao Art. 10 da DN nº
264 65 do CEIVAP, e já está trabalhando em uma proposta de repactuação de valores, sem indexação.
265 **ENCAMINHAMENTO** – A AGEVAP deverá encaminhar para os membros da CTC, via e-mail, o Histórico
266 da Cobrança apresentado na reunião. **ITEM 7: Assuntos Gerais** – O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) informou
267 que o Encontro Ampliado com os CBH's para apresentação do Relatório de Diagnóstico do Plano de Recursos
268 Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (RP06), a ser realizado pela empresa COHIDRO, irá acontecer entre os
269 dias 14/07 e 18/07/14. Em tempo, informou também que a próxima reunião do GTAOH do CEIVAP acontecerá
270 no dia 03/07/14, por videoconferência. O Sr. André Marques (AGEVAP) fez um breve relato sobre as reuniões
271 do GTAOH, e mencionou novamente que no site da AGEVAP há um espaço para acompanhamento das
272 reuniões do GTAOH. O Sr. João Gomes (UENF) citou a apresentação feita pela Diretoria de Gestão das Águas
273 e do Território – DIGAT / INEA referente à “Estresse hídrico na bacia do rio Paraíba do Sul e a segurança
274 hídrica do Estado do Rio de Janeiro”. Iniciou-se uma discussão entre os membros da CTC relacionado ao nível
275 dos reservatórios da Bacia e as reduções das vazões. O Sr. Matheus Machado Cremonese (PREA) informou que
276 as Deliberações dos Comitês mineiros Preto Paraibuna e Compé, referentes à instituição da cobrança pelo uso
277 da água nestes comitês, está na pauta para aprovação na próxima reunião de uma das Câmaras Técnicas do
278 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. O Sr. Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí)
279 falou sobre o acompanhamento relacionado às reduções de vazões aprovadas por Resoluções da ANA, e as
280 discussões acerca desse assunto no âmbito do GTAOH. Ressaltou que em relação a questão de
281 acompanhamento das medições, quem está fiscalizando é quem deveria ser fiscalizado. O Sr. Paulo Valverde
282 (CESAMA) disse que tais questões devem ser colocadas em pauta na reunião do GTAOH, e sugeriu inserir no
283 site da AGEVAP as regras operativas praticadas, a fim de dar maior transparência ao processo. O Sr. André
284 Marques (AGEVAP) comentou que seria interessante fazer um estudo aprofundado sobre o assunto a fim de
285 embasar a discussão. Em tempo, se colocou a disposição para elaborar um termo de referência. A Sra. Vera
286 Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) informou que Encontro de Colegiados para preparação para o
287 XV ENCONB será realizado no dia 06/08/14 em São Pedro da Aldeia/RJ. Avisou também que o ECOB/RJ vai
288 acontecer nos dias 07/08 e 08/08/14, no Teatro em São Pedro da Aldeia/RJ. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP)
289 comunicou que a AGEVAP, em parceria com a Universidade de Steinbeis, vai promover o Seminário Brasil
290 Alemanha de Recursos Hídricos. O evento está marcado para o dia 26/08/14 na sede da AGEVAP, em
291 Resende/RJ. Não havendo mais nada a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 3ª Reunião Ordinária da
292 Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por
293 mim, Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr.
294 Paulo Afonso Valverde Júnior, que presidiu a reunião.
295
296
297
298
299
300
301

Resende, 02 de julho de 2014.

Paulo Afonso Valverde Júnior
Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP